

Centro Social Paroquial

===== DE =====

TREGOSA

Reglamento Interno

CATL

Capítulo I

Natureza e objetivos

Artigo 1º

Caraterização e Localização

O Centro Social e Paroquial de Tregosa, Instituição Particular de Solidariedade Social, está em funcionamento desde 2000. Esta instituição foi criada pela Fábrica da Igreja de Santa Maria de Tregosa. Foi esta fábrica que desenvolveu todo o processo, após várias insistências de diversas partes, e com diligência à Cúria foi criada através da Cúria Episcopal de Braga. Logo de seguida, torna-se Pessoa de Utilidade Pública e posteriormente realizou-se um protocolo com a Segurança Social. Este Centro rege-se pelo Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de Setembro e pela Circular normativa de 02-05-97, da ex. DGAS.

Este Centro presta serviços ao nível do Pré-Escolar (Jardim de Infância) e C.A.T.L. (Centro de Atividades de Tempos Livres). O CATL acolhe crianças dos 6 aos 12 anos.

Artigo 2º

Objetivos Gerais

O Centro Social e Paroquial de Tregosa define-se como um serviço de apoio à comunidade envolvente, uma comunidade aberta e educativa em que todos participam, tanto a direcção como a família, educadores, funcionários, crianças e idosos, cada um ao seu modo.

Este Centro Social e Paroquial tem por objectivo:

- Satisfazer os clientes, ao nível das suas necessidades e expetativas para que haja sempre uma melhoria constante;
- Propor atividades de enriquecimento e desenvolvimento pessoal e social;
- Propor atividades capazes de estimular a motivação, o envolvimento e a especialização;

- Promover condições adequadas de segurança e higiene;
- Realizar parcerias de forma a proporcionar melhorias nos serviços prestados;
- Cumprir com os requisitos legais, regulamentares e normativos, promovendo a melhoria e a eficiência do sistema de gestão.

Artigo 3º

Para a realização dos seus objetivos, a Instituição mantém as seguintes atividades:

- Apoio à Primeira Infância, com o Jardim de Infância;
- Apoio à Segunda Infância, através do CATL.

Capítulo II

Caraterização da Valência

Artigo 4º

Âmbito

O CATL, centro de atividades de tempos livres, pretende proporcionar uma vasta gama de atividades integradas num projeto de animação sócio cultural em que as crianças possam escolher e participar livremente, considerando as características dos grupos e tendo como base o respeito pela individualidade de cada um.

O CATL, assegura a prestação de serviços, em duas modalidades:

- a) CATL EHILSA - CATL na modalidade de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço;
- b) CATL EHILCA - CATL na modalidade de extensões de horário e interrupções letivas com almoço .

Os objectivos específicos do CATL são:

- Proporcionar um desenvolvimento pessoal e social equilibrado com base em experiência de vida democrática, respeitando uma educação para a cidadania;
- Inserir a criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade de Culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso educativo;
- Estimular o desenvolvimento integral da criança, no que respeita às suas características individuais, interiorizando comportamentos favoráveis às suas aprendizagens;
- Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, relacionada com a saúde individual e colectiva.

Artigo 5º

Instalações

Este Centro dispõe de duas salas, sendo uma para o ensino pré-escolar e a outra que se destina ao CATL.

Na sala do CATL, as idades das crianças variam dos 6 anos até aos 12 anos de idade. Este grupo forma uma sala de CATL heterogénea.

Capítulo III

Processo de admissão e mensalidades

Artigo 6º

Admissões

1 - São prioridade na admissão:

- Crianças de famílias socio-económicas mais desfavorecidas;
- Crianças em situação de risco;

- Ausência ou indisponibilidade dos pais em assegurar aos filhos os cuidados necessários;
- Crianças de famílias monoparentais ou famílias numerosas;
- Ter irmãos a frequentar a mesma ou outra valência integrada nas respostas educativas do Centro;
- Ser filho de algum(a) funcionário(a) do Centro;
- Residir na área de implementação do estabelecimento;
- Atividade profissional dos pais na área do Estabelecimento.

2 - No ato de admissão são devidos os seguintes pagamentos:

- mensalidade;
- seguro de acidentes pessoais;
- atividades extracurriculares escolhidas pelos pais ou representante legal, em período não letivo.

3 - A valência do CATL tem capacidade para 22 crianças.

4 - A admissão é realizada pela diretora técnica do Centro.

5 - A renovação ou inscrição de crianças tem como prazo final o último dia do mês de Julho do ano letivo corrente, e tem validade de um ano letivo.

6 - Durante o ano letivo são admitidas inscrições se existirem vagas disponíveis.

7 - A inscrição/ renovação é realizada junto da diretora técnica, mediante:

- preenchimento da ficha de inscrição ou renovação de inscrição, onde se presta informação acerca do agregado familiar, sendo nomeado um encarregado de educação. Esta ficha será parte integrante do processo da criança. Para fazer prova às declarações feitas na ficha de inscrição, o Encarregado de educação deve entregar na instituição cópia dos documentos a seguir mencionados:

- 1 fotografia tipo passe (da criança);
- boletim de nascimento ou cartão de cidadão da criança;

- número de identificação fiscal (da criança e dos pais ou representante legal);
- identificação do médico assistente;
- cartão de utente do Serviço de Saúde ou de subsistemas de saúde a que pertençam (crianças e pais)
- boletim de vacinas atualizado, situação alérgica e relatório médico comprovativo da situação clínica da criança;
- declaração médica que comprove que a criança pode frequentar o estabelecimento;
- declaração médica que comprove que a criança pode frequentar atividades em meio aquático/piscina.
- cartão de cidadão ou BI (dos pais ou representante legal);
- cartão de cidadão ou BI das pessoas a quem as crianças podem ser entregues;
- declaração de IRS;
- comprovativo de renda ou empréstimo para habitação;
- declaração comprovativa do Instituto de Emprego e Formação Profissional ou da Segurança Social, que comprove a situação do agregado familiar, no caso de pais desempregados;

Qualquer alteração destes documentos deve ser comunicado à Instituição, e os mesmos substituídos pelos atualizados.

8 - A não apresentação de qualquer declaração de rendimentos implica a atribuição do escalão máximo da mensalidade.

9 - Em situações especiais poderá ser solicitada certidão da sentença judicial que regule o poder paternal ou determine a tutela/curatela.

10 - Às inscrições para frequência do CATL em qualquer uma das modalidades existentes apenas em período de "férias de Verão", para crianças que durante o ano corrente frequentem outra instituição, é aplicada uma jóia de inscrição.

Artigo 7 °

Condições de Admissão

- São condição de admissão crianças do CATL com idades compreendidas entre os 5/6 anos (aquando da entrada no 1º ciclo do ensino básico) e os 12 anos;
- Criança cujo Encarregado de Educação ou agregado familiar manifeste interesse e esteja impossibilitado por qualquer motivo para a prestação de cuidados básicos e de educação à criança.
- A admissão é feita o mais precocemente possível, tendo em conta as necessidades das crianças e dos pais.
- Após a manifestação de interesse em realizar a inscrição, é realizada uma entrevista e inscrição da criança pela técnica responsável da valência.
- A aprovação da criança é admitida e é de imediato efetuado um contrato de Prestação de Serviços, com a duração de um ano.

Artigo 8 °

Comparticipação

A comparticipação familiar é determinada de forma proporcional ao rendimento do agregado familiar. Por agregado familiar entenda-se o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco ou assimiláveis, que vivam em economia comum.

- a) O valor da comparticipação é calculado pelo Contabilista do Centro.
- b) O custo da comparticipação familiar é determinado no início do ano letivo, e objeto de revisão anual no início do ano lectivo seguinte.
- c) A prova de rendimentos declarados será feita mediante a apresentação de documentos adequados e credíveis de natureza fiscal.
- d) A Direcção tem o poder de reavaliar e reajustar o valor da mensalidade em situações especiais de dificuldades económicas do agregado familiar, desde que se verifique uma situação económico-social comprovada que o justifique.

- e) Extraordinariamente, e em caso de comprovada alteração da situação económica e da alteração da composição do agregado familiar, o valor da comparticipação será ajustado de acordo com os dados fornecidos.
- f) Os pais ou representante legal da criança têm o dever de informar a Instituição de qualquer alteração dos rendimentos ou alteração da composição do agregado familiar.
- g) Ao valor da mensalidade estabelecida é acrescida a importância a pagar mensalmente pelas atividades extracurriculares em tempo não letivo, e transporte casa/instituição/casa, para as crianças cujos pais ou representante legal as solicitem.
- h) Os pais ou representante legal que se recusarem a apresentar os documentos para o cálculo da mensalidade, pagarão o valor máximo em vigor no respectivo ano letivo.

A frequência da criança no CATL, está sujeita ao pagamento de uma comparticipação familiar, determinada de acordo com a Circular Normativa nº3, de 02/05/97, com a Circular Normativa nº 7, de 14/08/97 e toda a legislação em vigor, e aos escalões estipulados pela direção.

O cálculo do rendimento per capita do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{RF - D}{N}$$

Entenda-se que **R** representa o Rendimento "per capita"; **RF** é o rendimento mensal líquido do agregado familiar; **D** as despesas fixas; **N** o número de elementos do agregado familiar.

No que respeita às despesas fixas mensais, considera-se para o efeito:

- o valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido, designadamente do imposto sobre o rendimento e da taxa social única;
- o valor de renda de casa ou de prestação mensal devida pela aquisição de habitação própria;
- encargos médios mensais com transportes públicos;

- as despesas com aquisição de medicamentos de uso continuado, em caso de doença crónica.

A comparticipação familiar para o CATL, é calculada com base nos seguintes escalões de rendimento per capita, indexados à remuneração mínima mensal (RMM):

1.º Escalão	Até 30% do RMM
2.º Escalão	De 30% a 50% do RMM
3.º Escalão	De 50% a 70% do RMM
4.º Escalão	De 70% a 100% do RMM
5.º Escalão	De 100% a 150% do RMM
6.º Escalão	Mais de 150% do RMM

A comparticipação é determinada pela aplicação de uma percentagem sobre o rendimento "per capita" do agregado familiar, conforme mostram o quadro:

Modalidade de CATL	Escalões de Rendimento					
	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º
CATL EHILSA	5%	7%	10%	12,5%	15%	15%
CATL EHILCA	12,5%	15%	17,5%	20%	22,5%	22,5%

A comparticipação familiar máxima calculada nos termos das presentes normas não poderá exceder o custo médio real do utente verificado no equipamento ou serviço que utiliza.

O custo médio real do utente é calculado em função do valor das despesas efetivamente verificadas no ano anterior com o funcionamento do serviço ou equipamento, atualizado com o índice de inflação e ainda em função do número de utentes que frequentam o serviço ou equipamento no mesmo ano.

Nas despesas referidas anteriormente incluem-se as despesas específicas do serviço ou equipamento, como também a participação, que lhe seja imputável, a outras despesas comuns ou outros serviços da Instituição.

O pagamento das comparticipações deverá ser efetuado entre o dia 1 e o dia 8 de cada mês. Este prazo pode prolongar-se mas apenas em casos excecionais e a considerar.

O não pagamento da comparticipação no prazo estipulado, sem a devida justificação, implicará a suspensão da frequência da criança até à sua regularização.

No presente ano letivo são considerados depois dos cálculos efetuados, os seguintes valores mínimo e máximo de comparticipação, para as diferentes modalidades de resposta do CATL:

Modalidade de resposta do CATL	Valor mínimo	Valor máximo
CATL EHILSA - CATL na modalidade de extensões de horário e interrupções letivas sem almoço	25,00 €	50,00 €
CATL EHILCA - CATL na modalidade de extensões de horário e interrupções letivas com almoço	30,00 €	60,00 €

São de considerar as seguintes reduções nas comparticipações:

- sempre que se verificar a frequência no mesmo estabelecimento de ensino, por mais do que um elemento do agregado familiar, haverá lugar a uma redução de 20%;
- quando o período de ausência for, no mínimo de 30 dias não interpolados, haverá uma redução de 25%. Tal só é válido, quando requerido, com antecedência de 15 dias, antes da ocorrência e devidamente justificado;
- quando a criança não usufruir permanentemente das refeições, haverá lugar para uma redução de 25%;

- d) quando o período de ausência, em consequência de hospitalização, ou outrem devidamente justificado, exceda 15 dias não interpolados, haverá lugar a uma redução de 25%, desde que requerido com a antecedência desejável, juntamente com entrega de documento legal que comprove a situação;
- e) os filhos de empregados da Instituição beneficiam de uma redução de 20%.

As reduções não são cumulativas.

Qualquer alteração à tabela de preços será comunicada com aviso prévio aos Encarregados de Educação.

Artigo 9 °

Para a anulação de uma inscrição ou renovação, a mesma deve ser comunicada por escrito aos serviços em tempo útil, com um mínimo de 30 dias de antecedência, de modo a que não seja emitido o recibo correspondente ao mês de frequência seguinte, a contar da data de comunicação da anulação, não havendo qualquer reembolso dos respetivos montantes.

- a) Caso não se verifique o disposto do presente artigo, será cobrado o valor do respetivo recibo ou recibos.
- b) As ausências por mais de 30 dias consecutivos sem justificação e em débito, serão consideradas desistências definitivas da inscrição, renovação ou frequência do estabelecimento.

Artigo 10 ° **Contrato**

Entre o Centro Social e Paroquial de Tregosa e os encarregados de educação será celebrado um contrato de prestação de serviços em duplicado que será assinado por ambas as partes.

A suspensão deste contrato pode dever-se aos seguintes pontos:

- Não adaptação da criança;
- Insatisfação das necessidades das crianças ou das suas famílias;

- Mudança de residência do agregado familiar;
- Emigração;
- Mudança da resposta social;
- Incumprimento das cláusulas contratuais;
- Ao segundo mês de pagamento da comparticipação em falta.

Capítulo IV

Funcionamento

Artigo 11.º

Ano letivo e funcionamento

O CATL é dirigido pela Direcção do Centro, que é responsável pelo funcionamento dos serviços e pelo cumprimento das normas e orientações em vigor.

O programa de atividades é adaptado à realidade sócio-cultural do meio, proporcionado ao grupo de crianças um leque de experiências estimulantes que, de uma forma integrada, se apresentam na rotina diária. Estas atividades têm em conta as características das crianças e asseguram a satisfação das suas necessidades físicas, afetivas e cognitivas.

Os estabelecimentos confiarão a criança, apenas à(s) pessoa(s) cuja responsabilidade tenha ficado devidamente registada.

- Caso se contrarie o disposto no presente artigo, os estabelecimentos deverão ser avisados, por escrito, da identidade da pessoa que, exceccionalmente, procederá à entrega e/ou recolha da criança.

Artigo 12.º

Horários

O horário de funcionamento do CATL decorre de 2ª a 6ª feira, das 7.30 às 9.00, e das 16.00 às 19.00 horas, em período letivo; e das 7.30 às 19.00 horas em período não letivo.

O CATL encerra um período que poderá ir de 15 a 20 dias úteis, para descanso do pessoal, a decorrer na segunda quinzena de Agosto, podendo prolongar-se até à primeira semana de Setembro, tendo em conta o interesse das famílias e do pessoal.

Artigo 13 °

Serviços prestados e Seguro

A instituição efetua serviço de transporte a crianças que requeiram este serviço, uma vez que de outra forma não teriam possibilidade de se deslocar para a Instituição. Para além do transporte casa/instituição/casa, o Centro assegura ainda o transporte das crianças do CATL desde a instituição até à escola do 1.º ciclo que frequentam, e vice-versa. Estes serviços são prestados após a análise de todas as condições possíveis para o fazer.

O serviço de transporte não funciona no mês de Agosto. De referir ainda que durante os períodos de pausas letivas e/ou férias, também não se efetua o transporte da instituição para os respectivos estabelecimentos de ensino.

Todas as crianças estão abrangidas pelo seguro. Em caso de acidente será de imediato comunicado aos pais e estes deverão acompanhar a criança, o mais rapidamente possível. Conforme a gravidade serão conduzidas para o Centro de Saúde mais próximo ou Hospital.

Caso sejam detetados sinais de doença, a responsável da sala deve comunicar aos pais.

Sempre que se justifique no caso de doença infeto-contagiosa, será pedido aos pais uma declaração médica que comprove que a criança pode frequentar o Centro, sem colocar em risco as outras crianças.

Capitulo V

Recursos Humanos

Artigo 14 °

Definição do quadro de pessoal e critérios de seleção

O Centro Social e Paroquial de Tregosa é orientado por uma direção. Estão ao serviço do Centro:

- 1 Educadora de Infância/ diretora técnica
- 2 Auxiliares de ação educativa

O quadro de pessoal encontra-se afixado na instituição para consulta dos interessados.

Artigo 15 °

Conteúdos funcionais da equipa

Ao diretor técnico compete:

- dirigir e coordenar as atividades do equipamento dentro das regras definidas pelo conselho de administração, coordenando e supervisionando as atividades do restante pessoal;
- cumprir e fazer cumprir os regulamentos internos;
- admitir crianças;
- manter o ficheiro das crianças atualizado;
- promover a colaboração ou articulação entre a instituição e outras entidades que atuam na comunidade;
- coordenar a elaboração do relatório de atividades;
- executar ações de gestão de pessoal;
- manter informados os trabalhadores da instituição acerca dos seus direitos e deveres;
- colaborar na selecção e admissão de pessoal;
- zelar pela segurança das crianças;
- solicitar aos serviços competentes, esclarecimentos de natureza técnica inerentes ao funcionamento do serviço tendo em vista a sua melhoria;
- promover reuniões de trabalho com o pessoal de forma a resolver conflitos e reforçando a sua auto-estima e profissionalismo.

À Educadora de infância compete:

- elaborar e executar o plano pedagógico em articulação com a família e a comunidade;

- desenvolver o trabalho diário em duas vertentes: trabalho direto (componente letiva) e trabalho com as famílias, interdisciplinar e registos;
- promover a saúde, a segurança e o bem estar das crianças;
- favorecer a autonomia, iniciativa e criatividade do grupo de crianças;
- manter atualizados os registos referentes ao trabalho realizado com as crianças e famílias;
- promover e participar nas reuniões de pais e demais atividades programadas;
- receber e atender os pais e encarregados de educação.

Às Auxiliares de educação compete:

- participar na programação e execução das atividades desenvolvidas pelas crianças;
- proceder à preparação e execução das tarefas diárias das crianças, apoiando-as na sua higiene, nas refeições, na vigilância dos recreios, no acompanhamento das atividades de exterior e colocar e retirar catres;
- assegurar a higiene e arrumação dos respetivos espaços;
- ser encarregado de outras tarefas desde que não impliquem desvalorização profissional.

Capítulo VI

Direitos e Deveres

Artigo 16 °

Direitos das crianças

Os direitos da criança são:

- Ser tratada com respeito e correção;
- Ser assistida em caso de acidente ou doenças, ocorridas no decurso das atividades;
- utilizar as instalações;

- participar e desenvolver atividades que promovam a sua formação e ocupação;
- usufruir dos serviços da valência.

Artigo 17 °

Direitos dos pais ou encarregados de educação

Os direitos dos pais/ encarregados de educação são:

- ser informado e informar-se sobre matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos;
- colaborar com a instituição, facilitando e participando no seu funcionamento, na educação e desenvolvimento das crianças;
- participar ativamente na promoção e articulação entre a família e a instituição;
- conhecer o Regulamento interno da Instituição;
- serem atendidos quando necessário.

Artigo 18º

Direitos da Instituição

São direitos da instituição:

- receber atempada e mensalmente a comparticipação familiar que for estipulada;
- ser indemnizada por qualquer estrago causado pelas crianças, nomeadamente no que se refere a quebra de vidro ou danos em material informático e audiovisual.

Artigo 19º

Deveres da criança

São deveres da criança:

- tratar com respeito e correção todas as pessoas da Instituição;
- participar nas atividades;

- zelar pela conservação e asseio das instalações e não danificar o material didático, mobiliário e afins.

Artigo 20º

Deveres dos pais/ encarregados de educação

São deveres dos pais/ encarregados de educação:

- trazer as crianças de forma assídua e pontual;
- recolher as crianças na instituição até às 19 horas; sempre que ultrapassem este horário, será cobrada a quantia de 5,00€ por cada período de 15 minutos. Este valor deverá ser pago no próprio dia, ou juntamente com a mensalidade do mês seguinte;
- comparecer sempre que seja solicitado;
- participar nas reuniões de pais;
- liquidar a mensalidade no prazo estipulado;
- responsabilizar-se pelos bens/ brinquedos que tragam de casa;
- conhecer e Regulamento interno da instituição e cumprir os seus artigos.

Artigo 21º

Deveres da Instituição

São deveres da Instituição:

- elaborar um projeto educativo e promover o seu cumprimento;
- proporcionar as condições legalmente estabelecidas para a valência;
- fazer um seguro que proteja todas as crianças;
- zelar pelo bom funcionamento da Instituição e promover a qualidade dos serviços prestados.

Capítulo VII

Serviços e Funcionamento

Artigo 22º

Regime alimentar

A Instituição fornece a cada criança uma alimentação, tanto quanto possível, variada, cuja composição e quantidade vá ao encontro das suas necessidades.

a) A ementa poderá ser sempre consultada pelos Encarregados de Educação, uma vez que se encontra afixada no placar relativo a informações para os pais;

b) Haverá lugar ao fornecimento de dietas ou outra alimentação especial, desde que seja apresentada a devida prescrição médica;

O almoço inicia-se às 12 horas e o lanche às 16 horas.

Para a valência de CATL a refeição correspondente ao almoço aplica-se apenas nos períodos de férias letivas, não estando o custo da mesma incluída na mensalidade. A refeição do almoço tem um custo diário de 1,46€.

Artigo 23º

Saúde

Sempre que a criança se encontre doente, o estabelecimento avisará o respetivo encarregado de educação. Caso esteja em estado febril, o encarregado deverá vir buscar o seu educando de forma breve.

Após o período de convalescença, a criança só pode reiniciar a sua frequência, desde que acompanhada por declaração médica que teste o seu perfeito estado de saúde, quando em caso de doença contagiosa.

Sempre que há lugar à administração de medicamentos, os mesmos devem vir devidamente identificados com o nome da criança e acompanhados de fotocópia da receita médica, horas e modo de administração.

Todas as crianças estão abrangidas por um seguro infantil obrigatório que cobre acidentes pessoais que vierem a ocorrer nas instalações do Centro, em qualquer percurso ou estada exterior, sob vigilância e cuidados da Instituição.

a) O custo do seguro referido no presente artigo, não está incluído na taxa de matrícula;

Livro de ocorrências

O Centro Social e Paroquial de Tregosa possui livro de ocorrências, onde são registadas as ocorrências/acidentes, decorridos com a(s) criança(s) quando estão sob a responsabilidade do Centro. Este poderá ser solicitado sempre que necessário junto dos serviços desta instituição.

Capítulo IX

Disposições Gerais

Os aspetos técnicos do serviço serão tratados com a Diretora das valências, até ao limite das suas competências. Os restantes assuntos, serão encaminhados para a Direção do Centro Social e Paroquial de Tregosa.

O presente regulamento interno entra em vigor no ano letivo 2015/2016.

O Presidente

